



A nova democracia europeia

Alexandre Santos

O artigo aborda as modificações impostas pela União Europeia às próprias regras de constituição, reduzindo o poder da sociedade de modo a reforçar a importância das elites.

Em 13 de dezembro de 2007, em chique encontro no majestoso monastério de Jerônimo, em Portugal, ao som do quarto movimento da Ode à Alegria da Sinfonia nº 9, de Beethoven, presidentes, primeiros-ministros e ministros das Relações Exteriores dos 27 países que integram a União Europeia usaram sofisticadas canetas de prata para firmar as versões em 23 idiomas do chamado *Tratado de Lisboa*, um documento de 256 páginas que dá nova interpretação ao conceito de democracia no âmbito daquele bloco, ampliando as atribuições dos Parlamentos (Europeu e Nacionais), dando caráter permanente à presidência da UE (que deixa de ser rotativa) e extinguindo o princípio da unanimidade (as decisões passam a ser tomadas por maioria simples).

Com a justificativa de que visa simplificar e acelerar o processo decisório na União Europeia, o *Tratado de Lisboa* sepulta a consulta popular como instrumento necessário para a aprovação de textos fundamentais do bloco, inclusive a Constituição. O objetivo imediato do tal tratado é viabilizar a aprovação da Constituição da União Europeia, desautorizando a rejeição popular ocorrida em 2005, quando, em eleições livres e democráticas, as populações da França e da Holanda disseram um retumbante 'NÃO' ao projeto, imaginando que, com isso, teriam decretado a morte do texto que seus governos queriam (e querem) impor aos europeus. Agora, com o novo tratado, o povo europeu não será consultado sobre decisões fundamentais para o bloco e até 2009 a tal Constituição (a mesma rejeitada em 2005) será aprovada pelos parlamentos nacionais.

O estranho é que, ao contrário do que ocorreu no recente plebiscito para alteração da Constituição da Venezuela, a mídia internacional permaneceu calada.

Imagine se esse golpe de Estado tivesse ocorrido na Venezuela. Imagine se, aproveitando o controle que tem sobre o parlamento venezuelano, o presidente Hugo Chávez fizesse aprovar uma lei que dispensasse a exigência de consultas populares e transferisse para o Congresso Nacional a decisão sobre as mudanças constitucionais. O mundo viria abaixo. A mídia internacional teria, com justa razão,

exigido a volta da democracia.

Mas, como a Europa não é a Venezuela de Hugo Chávez, a mídia calou-se.

Não deu um pio sobre o caráter autoritário do *Tratado de Lisboa*, nem chamou de ditador nenhum dos presidentes ou reis europeus.

Ao contrário, referindo-se ao *Tratado de Lisboa* com o “resultado de um prolongado processo de negociação”, a mídia internacional apresentou este duro golpe no conceito de democracia como “o caminho mais correto para que a UE deixe de se dedicar às suas questões institucionais e passe a lidar com uma agenda em maior sintonia com as demandas da globalização”.

De sua parte, como a mídia não falou, a classe média também não falou e, para todos os efeitos, os presidentes, primeiros-ministros e ministros das Relações Exteriores dos 27 países da União Europeia, que assinaram o *Tratado de Lisboa*, são os democratas, e o presidente Hugo Chávez, que promove consultas populares regulares, é ditador autoritário.

Se o *Tratado de Lisboa* não for autoritário, leis que dispensem a consulta popular em nome da agilidade do processo decisório não o serão e, da mesma forma, governos sem povo também não serão ditaduras. De toda sorte, talvez os europeus tenham razão e, nesse caso, leis que objetivem agilizar a implementação de certas reformas devam ser aprovadas sem referendos ou plebiscitos, apenas pela vontade da maioria simples de parlamentos eventualmente controlados pelo Executivo.

Com a palavra os que acham democrático o sistema europeu e ditatorial aquele adotado por Hugo Chávez na Venezuela.

(*) Alexandre Santos é presidente do Clube de Engenharia de Pernambuco e da Academia de Letras e Artes do Nordeste.